

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. - Em Recuperação Judicial

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	30.295	7.794	30.295	7.794
Outros	32	27	4.428	6.658
Aplicações financeiras				
Nó exterior	(b)	508.023	1.986.324	508.023
		538.354	1.994.145	542.750
			2.000.775	2.000.775

(a) Contas correntes denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior. (b) Aplicações financeiras de curto prazo denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior, cujos rendimentos são atrelados a taxas pré-fixadas, de 2,55% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 0,05% a.a. em 31 de dezembro de 2021. A Companhia tem como política investir seus recursos em bancos de primeira linha, conforme política descrita na nota explicativa 2.5.

5. CAIXA RESTRITO

A composição do saldo do caixa restrito encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Caixa restrito no curto prazo	N/A	1.433
Caixa restrito no longo prazo (i)	10,158	10,158
Caixa restrito no longo prazo (ii)	15,250	15,250
	28,841	1.438

Em 31 de dezembro de 2022, o valor em caixa restrito de R\$ 26.841 (R\$ 1.438 em 31 de dezembro de 2021), refere-se a recursos mantidos em US\$ junto a instituições financeiras no exterior, cujos rendimentos são atrelados a taxas pré-fixadas, de 2,55% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 0,05% a.a. em 31 de dezembro de 2021. (i) Vinculações a alguns empréstimos e financiamentos, cujos contratos estão passando por um processo de renegociação no âmbito da Recuperação Judicial, conforme descrito na nota explicativa 1(c), e também a recursos mantidos para garantia de obrigações contratuais relacionadas principalmente a contratos de transmissão de energia. Além disso, a Companhia possui recursos mantidos em contas de depósito específicas ("escrow accounts") referentes a (i) recebimentos de indenizações de seguro, e (ii) investimentos em projetos em prol de segurança de barragens no Estado de Minas Gerais, de acordo com o Termo de Compromisso operacional descrito na nota explicativa 21(e), com rentabilidades de 90% e 100% do CDI respectivamente, caso os recursos sejam mantidos até os seus vencimentos.

6. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo das contas a receber encontra-se detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes no país	(a)	113.458	7.793	113.458
Clientes no país partes relacionadas (nota 13)		4.555	-	4.555
Clientes no exterior	(b)	734.494	516.397	736.500
Clientes no exterior partes relacionadas (nota 13)		2.140	-	2.140
Perda de crédito esperada	(c)	854.647	526.478	854.663
Provisão de redução de preço	(d)	(6.472)	(55.654)	(5.712)
		878.720	448.199	878.172

(a) O valor a receber de clientes no país está relacionado à venda de minério, energia, locação de área portuária e venda de estoque de suprimentos. (b) O saldo consolidado de R\$ 736.500 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 518.701 em 31 de dezembro de 2021) de clientes no exterior, originou-se dos valores a receber de clientes de minério fora do país. (c) As perdas de crédito esperada totalizam R\$ 20.354 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 23.079 no consolidado (R\$ 22.625 e R\$ 24.897 em 31 de dezembro de 2021, respectivamente). São constituídas provisões para perdas relativas a crédito (risco de recebimentos de clientes), conforme política divulgada na nota explicativa 2.5. A provisão na Controladora não inclui valores a receber de vendas efetuadas para a controladora Samarco Finance.

A movimentação das perdas de crédito esperada sobre as contas a receber está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro				
Adições	(22.625)	(20.486)	(24.897)	(22.602)
Reversões	(365)	(1.418)	(365)	(1.418)
Variação cambial				
Saldo em 31 de dezembro	(20.955)	(22.625)	(23.079)	(24.897)

(i) Conforme descrito na nota explicativa 2.19 (a), a receita é reconhecida no momento em que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Devido à queda de preço no mercado internacional, a provisão refere-se à redução de preço, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.472 na controladora e consolidado (R\$ 55.654 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão de redução de preço está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro		
Adições	(55.654)	-
Reversões	-	(13.354)
Variação cambial		
Saldo em 31 de dezembro	(55.654)	(13.354)

(a) O montante de material de uso e consumo foi reduzido pela provisão para obsolescência de estoque dos materiais, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 48.278 (R\$ 45.734 em 2021). A movimentação da provisão para obsolescência de estoque está demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro		
Adições	148.112	34.902
Reversões	(2.450.636)	(1.681.740)
Variação cambial		
Saldo em 31 de dezembro	(2.302.524)	(1.646.538)

(b) Referem-se principalmente a créditos na aquisição de ativo imobilizado. (c) Referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado, insumos, materiais e outros. Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia constituiu provisão para perdas de 100% sobre tais créditos por não ter expectativa de utilização. (d) Os créditos de PIS e de COFINS, referem-se principalmente às aquisições de materiais e serviços classificados como insumos, energia elétrica e de ativo imobilizado.

9. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo dos tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS - Minas Gerais (MG)	(a)	82.376	75.520	82.376
ICMS - Espírito Santo (ES)	(b)	1.637.457	1.523.316	1.637.457
Provisão para perdas sobre ICMS - ES	(c)	(1.637.457)	(1.523.316)	(1.637.457)
PIS e COFINS		153.320	72.043	153.320
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras		89	45	89
Outros		93	215	112
Total		235.878	147.823	235.897

(a) Referem-se principalmente a créditos na aquisição de ativo imobilizado. (b) Referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado, insumos, materiais e outros. Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia constituiu provisão para perdas de 100% sobre tais créditos por não ter expectativa de utilização. (c) Os créditos de PIS e de COFINS, referem-se principalmente às aquisições de materiais e serviços classificados como insumos, energia elétrica e de ativo imobilizado.

10. INVESTIMENTOS

A Companhia registrou resultado negativo de equivalência patrimonial em suas controladas de R\$ 15.152 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 19.877 positivo em 31 de dezembro de 2021). Em 2022 e 2021 a Companhia não recebeu dividendos provenientes de investimentos em controladas. Nenhuma das investidas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	Participação	Quantidade de ações ou quotas		Ativos não circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos não circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos não circulantes	Recursos	Custos e despesas	Resultado do exercício
		ações ou quotas	quotas								
2022											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	2.278	-	2.278	2.125	154	2.279	15	(41)	(26)
Samarco Iron Ore Europe B.V.	100%	180	29.759	7.040	36.799	7.259	29.039	36.798	1.207	(16.333)	(11.262)
Total		32.037	7.040	39.077	9.884	29.193	39.077	1.222	(16.374)	(115.152)	

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial cotizados, praticados pela Companhia. (b) Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsadas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Seguros a recuperar	(a)	4.136	4.006	4.136
Consórcio UHE Guilman-Amorim (nota 2.3(b) e nota 21)		4.590	3.757	4.590
Adiantamentos a empregados		6.930	5.999	6.930
Total		15.718	13.774	15.718

(a) Ajuste a valor presente COHESA Adiantamento a empregados Empréstimos a terceiros Outras contas a receber Ponta Ubu Agropecuária (nota 13) Outros Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a)	(6.254)	(4.613)	(6.254)	(4.613)
(b)	2.171	1.588	2.171	1.588
(c)	1.327	1.327	1.327	1.327
(d)	41	41	41	41
Total		19.413	19.413	19.413

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial cotizados, praticados pela Companhia. (b) Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsadas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Seguros a recuperar	(a)	4.136	4.006	4.136
Consórcio UHE Guilman-Amorim (nota 2.3(b) e nota 21)		4.590	3.757	4.590
Adiantamentos a empregados		6.930	5.999	6.930
Total		15.718	13.774	15.718

(a) Ajuste a valor presente COHESA Adiantamento a empregados Empréstimos a terceiros Outras contas a receber Ponta Ubu Agropecuária (nota 13) Outros Não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a)	(6.254)	(4.613)	(6.254)	(4.613)
(b)	2.171	1.588	2.171	1.588
(c)	1.327	1.327	1.327	1.327
(d)	41	41	41	41
Total		19.413	19.413	19.413

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial cotizados, praticados pela Companhia. (b) Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsadas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a)	(6.254)	(4.613)	(6.254)	(4.613)
(b)	2.171	1.588	2.171	1.588
(c)	1.327	1.327	1.327	1.327
(d)	41	41	41	41
Total		19.413	19.413	19.413

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial cotizados, praticados pela Companhia. (b) Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsadas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a)	(6.254)	(4.613)	(6.254)	(4.613)
(b)	2.171	1.588	2.171	1.588
(c)	1.327	1.327	1.327	1.327
(d)	41	41	41	41
Total		19.413	19.413	19.413

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial cotizados, praticados pela Companhia. (b) Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsadas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a)	(6.254)	(4.613)	(6.254)	(4.613)
(b)	2.171	1.588	2.171	1.588
(c)	1.327	1.327	1.327	1.327
(d)	41	41	41	41
Total		19.413	19.413	19.413

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial cotizados, praticados pela Companhia. (b) Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsadas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a)	(6.254)	(4.613)	(6.254)	(4.613)
(b)	2.171	1.588	2.171	1.588
(c)	1.327	1.327	1.327	1.327
(d)	41	41	41	41
Total		19.413	19.413	19.413

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial cotizados, praticados pela Companhia. (b) Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsadas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a)	(6.254)	(4.613)	(6.254)	(4.613)
(b)	2.171	1.588	2.171	1.588
(c)	1.327	1.327	1.327	1.327
(d)	41	41	41	41
Total		19.413	19.413	19.413

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial cotizados, praticados pela Companhia. (b) Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsadas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a)	(6.254)	(4.613)	(6.254)	(4.613)
(b)	2.171	1.588	2.171	1.588
(c)	1.327	1.327	1.327	1.327
(d)	41	41	41	41
Total		19.413	19.413	19.413

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. - Em Recuperação Judicial

9 - Sumário de dados dos participantes

	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Empregados ativos e autopatrocinados				
Número	1.566	1.510		
Tempo médio de serviço (anos)	42,6	42,12		
Índice salarial anual	116,92	143,37		
Índice salarial anual	102,598	103,626		
Participantes com benefício assistido				
Número	135	133		
Índice salarial anual	33,486	32,431		
10 – Os ativos do plano são administrados como segue:				
Ativos por categoria	2022	2021	2022	2021
Renda fixa	830.319	749.580		
Renda variável	151.885	127,63		
Investimentos estruturados	124.588	113.651		
Investimentos em exterior	16.744	34.590		
Empréstimos	35.717	27.900		
	1.159.267	1.048.337		

16.2 Outros beneficiários a empregados: A Companhia oferece ainda outros benefícios a empregados, tais como o plano de assistência médica de autogestão e coparticipativo (referente a despesas realizadas), que se estende aos dependentes dos empregados, denominada Assistência Médica Supletiva ("AMS"). Esse plano concede aos beneficiários os serviços de assistência à saúde nos procedimentos ambulatório-hospitalar, odontológico e farmácia, sendo assegurado por contrato de trabalho. A administração da Companhia assume integralmente a taxa administrativa. As despesas com outros benefícios foram reconhecidas no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Remuneração e encargos	(228.178)	(193.510)	(232.221)	(195.865)
Encargos previdenciários	(56.127)	(47.975)	(56.127)	(47.975)
Benefícios de plano de aposentadoria	(8.224)	(7.007)	(8.224)	(7.007)
Assistência médica	(16.653)	(17.700)	(16.663)	(17.960)
Assistência médica	(16.513)	(16.578)	(16.513)	(16.578)
Outros	(23.763)	(21.335)	(24.768)	(21.981)
	(350.008)	(304.369)	(354.522)	(307.370)

17. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão para participação nos resultados	39.000	49.500	40.489	49.500
Provisão de férias	30.247	25.905	30.491	25.905
INSS de empregados	11.476	8.674	11.476	8.674
Fórgs a pagar	2.892	2.270	2.892	2.270
Outros	5.843	4.171	5.848	4.176
Total	89.458	90.520	91.096	90.610

18. TRIBUTOS A RECOLHER

O saldo de tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
ICMS a recolher	4.604	3.499	4.604	3.499
DFAL de ICMS a recolher	1.980	1.661	1.980	1.661
IRRF sobre juros e remessa para exterior (a)	105.514	116.704	105.514	116.704
IRRF sobre juros e remessa para exterior (b)	772.703	682.778	772.703	682.778
Transação tributária NUP (c)	13.381	50.124	13.381	50.124
IRRF a recolher	8.153	6.042	8.228	6.018
ISS retido	7.806	4.912	7.806	4.912
INSS de terceiros a recolher	6.253	3.624	6.253	3.624
PIS/COFINS sob receitas financeiras	1.604	1.867	1.604	1.867
Outros	25.447	25.407	25.447	25.108
Total	947.445	896.318	947.520	896.295

FPassivo Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Passivo Circulante	860.847	753.784	860.922	753.761
Passivo Não Circulante	86.598	142.534	86.602	142.534
Total	947.445	896.318	947.520	896.295

(a) Em 20 de dezembro de 2013 a Samarco aderiu ao Programa de Parcelamento REFINV, conforme Lei nº 12.865/13. A primeira parcela foi paga no momento da adesão. Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 86.598 (R\$ 99,12 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às parcelas de longo prazo, atualizadas pela SELIC. As parcelas de curto prazo totalizam um valor de R\$ 18.916 (R\$ 17.592 em 31 de dezembro de 2021). A consolidação dos débitos foi realizada junto à Receita Federal do Brasil (modalidade "demais débitos" com 66 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2022) e "previdenciários" com 68 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2022) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (modalidade "demais débitos" com 64 parcelas em 31 de dezembro de 2022), em setembro de 2017 e fevereiro de 2018, respectivamente, mantendo-se a Companhia regularmente ativa neste parcelamento.

(b) Provisões reconhecidas pela Companhia para litígios:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a.1)				
(a.2)				
(a.3)				
(a.4)				
(a.5)				

Outros

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(a.1)				
(a.2)				
(a.3)				
(a.4)				
(a.5)				

(b) Contingências possíveis: A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2022		2021		
		2022	2021	2022	2021	
(a.1)	Ação judicial visando à declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos encargos e aquisição de energia elétrica empresarial, em virtude de vícios técnicos quando da constituição dessas empresas.	ES – Processo em fase de liquidação com provimento parcialmente favorável à Samarco em relação à energia elétrica produzida pela empresa	64.650	77.467		
(a.2)	Processo relacionado a honorários advocatícios referentes a processos que estejam classificados como perda remota.	MG – Processo com trânsito em julgado desfavorável à Companhia, aguardando cumprimento do depósito em renda.	4.720	4.721		
(a.3)	Processos relativos à antiga Usina Hidrelétrica Guimã Amoim – Recuperação Fiscal.	Processos em esfera judicial, em diversas fases processuais.	9.429	9.447		
(a.4)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	Processos aguardando análise de Mandado de Segurança em segunda instância judicial.	203	197		
(a.5)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	As cobranças de CSLL referentes ao período de 10/2007 a 12/2010 estão com exigibilidade suspensa por decisões judiciais liminares. A exigência da CSLL 11/2011/2012 está suspensa na esfera administrativa. Para o período de 2013 em diante a Samarco possui mandado de segurança em segunda instância, considerando a inconstitucionalidade da cobrança da CSLL em face da ANM. Os períodos destacados acima estão sujeitos a impacto do julgamento realizado pelo STF nos Recursos Extraordinários 955.227 e 949.297.	5.251.905			

Outros

Descrição	Posição	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
(a.1)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de janeiro a setembro de 2007, bem como das multas isoladas dos períodos de 2007/2008 e 2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da Multa Isolada da CSLL 2011/2012 está pendente de apreciação em segunda instância administrativa.	1.222.998	6.066.242		
(a.2)	Autos de infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta aplicação incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da operação de mineração e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito mineração.	4.968.210	4.659.250		
(a.3)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	1.785.442	1.686.422		
(a.4)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	23.652	23.118		
(a.5)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	6.164	5.585		

(b) Contingências possíveis: A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
(a.1)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de janeiro a setembro de 2007, bem como das multas isoladas dos períodos de 2007/2008 e 2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da Multa Isolada da CSLL 2011/2012 está pendente de apreciação em segunda instância administrativa.	1.222.998	6.066.242		
(a.2)	Autos de infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta aplicação incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da operação de mineração e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito mineração.	4.968.210	4.659.250		
(a.3)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	1.785.442	1.686.422		
(a.4)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	23.652	23.118		
(a.5)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	6.164	5.585		

(b) Contingências possíveis: A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
(a.1)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de janeiro a setembro de 2007, bem como das multas isoladas dos períodos de 2007/2008 e 2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da Multa Isolada da CSLL 2011/2012 está pendente de apreciação em segunda instância administrativa.	1.222.998	6.066.242		
(a.2)	Autos de infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta aplicação incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da operação de mineração e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito mineração.	4.968.210	4.659.250		
(a.3)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	1.785.442	1.686.422		
(a.4)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	23.652	23.118		
(a.5)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	6.164	5.585		

(b) Contingências possíveis: A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
(a.1)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de janeiro a setembro de 2007, bem como das multas isoladas dos períodos de 2007/2008 e 2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da Multa Isolada da CSLL 2011/2012 está pendente de apreciação em segunda instância administrativa.	1.222.998	6.066.242		
(a.2)	Autos de infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta aplicação incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da operação de mineração e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito mineração.	4.968.210	4.659.250		
(a.3)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	1.785.442	1.686.422		
(a.4)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	23.652	23.118		
(a.5)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	6.164	5.585		

(b) Contingências possíveis: A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
(a.1)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de janeiro a setembro de 2007, bem como das multas isoladas dos períodos de 2007/2008 e 2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da Multa Isolada da CSLL 2011/2012 está pendente de apreciação em segunda instância administrativa.	1.222.998	6.066.242		
(a.2)	Autos de infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta aplicação incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da operação de mineração e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito mineração.	4.968.210	4.659.250		
(a.3)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	1.785.442	1.686.422		
(a.4)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	23.652	23.118		
(a.5)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	6.164	5.585		

(b) Contingências possíveis: A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
(a.1)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de janeiro a setembro de 2007, bem como das multas isoladas dos períodos de 2007/2008 e 2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da Multa Isolada da CSLL 2011/2012 está pendente de apreciação em segunda instância administrativa.	1.222.998	6.066.242		
(a.2)	Autos de infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta aplicação incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da operação de mineração e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito mineração.	4.968.210	4.659.250		
(a.3)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	1.785.442	1.686.422		
(a.4)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	23.652	23.118		
(a.5)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	6.164	5.585		

(b) Contingências possíveis: A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
(a.1)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de janeiro a setembro de 2007, bem como das multas isoladas dos períodos de 2007/2008 e 2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da Multa Isolada da CSLL 2011/2012 está pendente de apreciação em segunda instância administrativa.	1.222.998	6.066.242		
(a.2)	Autos de infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta aplicação incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da operação de mineração e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito mineração.	4.968.210	4.659.250		
(a.3)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	1.785.442	1.686.422		
(a.4)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	23.652	23.118		
(a.5)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de outubro de 2007 a dezembro de 2012 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	6.164	5.585		

(b) Contingências possíveis: A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2022		2021	
		2022	2021	2022	2021
(a.1)	Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" no período de janeiro a setembro de 2007, bem como das multas isoladas dos períodos de 2007/2008 e 2010 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da Multa Isolada da CSLL 2011/2012 está pendente de apreciação em segunda instância administrativa.	1.222.998	6.066.242		

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. - Em Recuperação Judicial

30.5 Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a liquidez, gerenciando o custo do capital de forma a minimizá-lo, e, ao mesmo tempo, oferecer retorno sustentável e adequado aos acionistas e beneficiários às outras partes interessadas. Em condições normais de operação, a Companhia monitora e gerencia os níveis de alavancagem financeira de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos na forma de financial covenants (Net Debt/EBITDA). O Net Debt/EBITDA é um índice que corresponde à dívida líquida em comparação com a geração de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Conforme mencionado, os cálculos de alavancagem atualmente não estão sendo feitos e reportados sendo renegociadas com todos os credores, no âmbito da Recuperação Judicial. Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida como abaixo:

	2022	2021
Total dos empréstimos e financiamentos	36.562.203	37.380.505
(-) Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito	(563.591)	(2.002.213)
Dívida líquida	35.998.612	35.378.292
Total do patrimônio líquido	(71.952.887)	(64.485.811)
Total do capital	(35.960.275)	(29.107.519)
Índice de alavancagem financeira	(100%)	(122%)

Em condições normais, a análise dos referidos indicadores, suporta o processo de gestão de capital de giro, de forma a manter o grau de alavancagem da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera adequado. **30.6 Hierarquia de valor justo:** A Companhia considera "valor justo" como o preço que seria obtido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizaram para precificar o ativo ou passivo, incluindo premissas acerca de riscos e os riscos inerentes aos inputs utilizados na técnica de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para recorrer à mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Consequentemente, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maxi-

zam o uso de inputs observáveis e minimiza o uso de inputs não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo com base nos inputs observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os inputs utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes: • Nível 1. Mercado ativo: preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretoras, ou por associações de mercado por entidades que visam ter preços divulgados por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente o mesmo, uma análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais. • Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em ações/participações acionárias ou patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivativos que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações/participações não negociadas.

	Hierarquia de valor justo			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Saldo em 2022	36.562.203	16.199.606*	20.362.597	
Empréstimos e financiamentos	36.562.203	16.199.606*	20.362.597	
(*) Valor referente apenas aos Bonds, os demais empréstimos e financiamentos foram classificados como nível 2. O valor justo dos passivos financeiros relacionados aos empréstimos, financiamentos e encargos, cujos saldos contábeis são mensurados ao custo amortizado, é calculado conforme a seguir:				
	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Bonds (i)	16.199.606	7.331.884	16.410.787	9.883.823
EPFs (export pre payments) (ii)	10.815.454	4.920.058	10.490.732	7.049.605
Outros	9.547.143	4.343.091	10.478.986	8.797.565
	36.562.203	16.595.033	37.380.505	25.730.993

(i) O valor justo das operações de *bonds* é obtido pela cotação do título no mercado secundário (utilizado o valor de fechamento, informado pela *Bloomberg*); (ii) Para as operações de empréstimo na modalidade

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

bem como concluímos se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras, é apropriado. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Devido à relevância do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

EPP (Export Pre-Payment), as operações de debêntures e outras operações de valores pouco representativos, que não possuem divulgação em mercado secundário de dívida, ou para as quais o referido mercado não apresenta liquidez suficiente, o cálculo do valor justo também foi feito com base na cotação dos *bonds* no mercado secundário. A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, tais como cartas a receber, caixa e equivalentes de caixa e, fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar riscos e considerando a natureza de suas operações, a Companhia mantém sob contrato diversas modalidades de apólices de seguro. As apólices estão em linha com a política de gestão de riscos, as diretrizes de seus comitês de gestão e são semelhantes às apólices contratadas por outras empresas na mesma linha de negócios da Samarco. As coberturas dessas apólices incluem: seguro de ativos operacionais, seguro de vida e de acidentes pessoais, frota de veículos, seguros de responsabilidade civil, riscos diversos e outros. A apólice de responsabilidade civil e de operações da Companhia foi devidamente renovada e tem vencimento em 09 de maio de 2023, e as tratativas para renovação da apólice estão em andamento. As coberturas para barragens, diques, descarte de rejeitos e similares estão excluídas da apólice. Além disso, a Samarco mantém uma apólice de seguro de responsabilidade civil com cobertura para diretores e administradores, com vigência até abril de 2023 e possui limite máximo de cobertura no valor de R\$45.000. Este seguro cobre os membros do conselho de administração, diretoria, conselho fiscal e qualquer outro órgão mencionado no estatuto social, bem como determinados empregados nos níveis de gestão, tanto na Companhia como em suas controladoras (coletivamente denominadas "Seguradas"). A apólice cobre perdas financeiras resultantes de reclamações contra o segurado por atos e omissões no exercício de suas funções de contratação. Abrange também os acordos previamente autorizados pela seguradora com a finalidade de encerrar ações judiciais ou administrativas e cobertura para pagamento de custos de defesa do segurado, se e quando incorridos. O seguro de riscos operacionais da Samarco, foi contratado em 29 de dezembro de 2022, com vigência até 29 de dezembro de 2023. O instrumento visa amparar os bens pertencentes à Companhia, danos materiais de causa externa e interna e perdas econômicas decorrentes dessas ocorrências. Os danos diretos e consequentes de quaisquer eventos relacionados a barragem e similares estão excluídos da apólice em vigor. É mantido em vigor desde 2017 o seguro de garantia pecuniária que tem por finalidade atender aos termos do TAC - Termo de ajustamento e conduta com o Ministério Público em sua 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, conforme descrito em nota explicativa 3(j).

32. TRANSAÇÕES SEM EFEITO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas transações de investimentos e de financiamentos sem efeito de caixa conforme apresentado a seguir:

	2022	2021
Remuneração e adição ao direito de uso	5.055	131.040
Compensação de créditos fiscais com tributos a recolher e encargos sobre folha	50.877	45.810
Total	55.932	176.850

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em julgamento realizado no dia 08 de fevereiro de 2023 dos Temas 881 e 885, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que as decisões da referida corte em Ação Direta ou em sede de Repercussão Geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas relações tributárias de trato sucessivo, devendo-se respeitar a irretroatividade e a anterioridade anual e nonagressimal. As atas de julgamento foram publicadas em 13 de fevereiro de 2023. A Samarco possui decisão judicial transitada em julgado afastando a incidência da CSLL desde agosto de 1993. Eventual impacto das decisões do STF nos temas 881 e 885, caso permaneçam, recai sobre período posterior à publicação da ata de julgamento da ADI 15.076 em 21 de junho de 2007, respeitado o princípio da nonverna e da irretroatividade, conforme nota explicativa 19.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. - Em Recuperação Judicial**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Membros efetivos: Cláudio Renato Chaves Bastos, Guilherme Almeida Tangari, Nelly Angelica Pazo León, Wagner Silva de Loyola Reis.
Suplentes: Carla Maree Wilson, Guido Roberto Campos Germani, Kestley Medeiros Julianelli, Paulo Rodrigo Chung

DIRETORIA

Rodrigo Alvarenga Vieta - Diretor Presidente
Gustavo de Abreu Souza Selayzím - Diretor Financeiro
Luiz Fabiano Silveira Saragiotto - Diretor de Reestruturação
Reuber Luiz Neves Koury - Diretor de Projetos e Sustentabilidade
Sergio Gonçalves Mileipe - Diretor de Planejamento e Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Lucas Brandão Filho - *Contador* - CRC-MG 046442/0

Aos acionistas da Samarco Mineração S.A. - Belo Horizonte - MG

Abstenção de opinião: Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Samarco Mineração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Base para abstenção de opinião:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos de R\$ 12.078.732 mil e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 53.890.687 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1 e com o fato da Companhia ter ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das referidas controladas. A reversão desta situação de prejuízo e da deficiência de capital de giro depende da deliberação e aprovação do plano de recuperação judicial, que ainda não ocorreu. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto, seus impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas,

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Belo Horizonte, 25 de abril de 2023
KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6-F-MG
Poliana Silveira Rodrigues - Contadora - CRC MG-089473/O-0

**BRDOCS**

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticação pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 26/04/2023



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Balanco-Samarco-26-04-2023.pdf>

